

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

SILVIO DIEGO MARADONA LEITE

Meios de convivência no semiárido paraibano: o assentamento Padre Cleides
(município de Santa Helena-PB)

Means of coexistence in the semi-arid region of Paraíba: the Padre Cleides
settlement (city of Santa Helena-PB)

São Paulo

2021

SILVIO DIEGO MARADONA LEITE

Meios de convivência no semiárido paraibano: o assentamento Padre Cleides
(município de Santa Helena-PB)

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Agrária

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria De Marcos

São Paulo

2021

<FICHA CATALOGRÁFICA>

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças a Adriana Monteiro Quaini, que não me permitiu desistir. Agradeço pela recepção e pela disponibilidade do Sr. José Gomes Neto (Zé Calé) líder do Assentamento Padre Cleides, e ao seu filho, Leandro Gomes. Também ao Sr. Vicente do Nascimento Sobrinho (Vicente da Viúva), presidente da Associação Três Irmãos. Ao meu primo, o Cristiano José Lopes por me acompanhar nas visitas realizadas no sertão paraibano. E agradeço imensamente a Prof^a Dr^a. Valéria de Marcos pelas canetadas necessárias e pelo apoio.

“O nordestino é, antes de tudo, um forte”

Euclides da Cunha

RESUMO

Este trabalho analisou o Projeto de Assentamento Federal (PA) Padre Cleides, instalado no sertão nordestino, no município de Santa Helena, no estado da Paraíba (PB) a partir da perspectiva da convivência com o semiárido, não o seu combate. Reconhece-se a importância histórica da luta na terra na região, bem como a relevância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na consciência da situação social do camponês no sertão paraibano como forma de mobilização social para lutar a favor de uma terra própria para sua reprodução. Por fim, destaca-se a importância das sementes da paixão (nome regional na Paraíba para sementes crioulas), em detrimento das sementes “convencionais” de mercado, como uma forma de garantir a permanência do camponês na sua terra, sua autonomia, segurança alimentar e identidade cultural.

Palavras-chave: Convivência com o semiárido. Semiárido. Sertão paraibano. Luta pela terra. Luta para viver na terra.

ABSTRACT

This work analyzed the Federal Settlement Project (PA) Padre Cleides, installed in the northeastern interior, in the municipality of Santa Helena, in the state of Paraíba (PB) from the perspective of living with the semi-arid, not its combat. The historical importance of the land struggle in the region is recognized, as well as the relevance of the Pastoral Land Commission (CPT) in the awareness of the social situation of the peasant people in the interior of Paraíba as a form of social mobilization to fight in favor of their own land for their self-reproduction. Finally, the importance of the seeds of passion (regional name in Paraíba for creole seeds) is highlighted, in detriment of the “conventional” seeds of the market, as a way to guarantee the peasant's permanence in his land, his autonomy, food security and cultural identity.

Keywords: Living with the semi-arid region. Semi-arid. Paraíba hinterland. Fight for the land. Fight to live on the land.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Região Nordeste brasileira e suas subdivisões.	13
Figura 02. Delimitação da região semiárida do estado da Paraíba pelo SUDENE.	14
Figura 03. Localização do assentamento PA Padre Cleides no município de Santa Helena-PB, que está situada na região geográfica imediata de Cajazeiras	16
Figura 04. Famílias acampadas no Acampamento Três Irmãos embaixo do juazeiro.	27
Figura 05. Placa da casa de sementes apoiada pelo P1+2 do assentamento Três Irmãos	42
Figura 06. Foto de silo de milho aberto.....	42
Figura 07. O Padre Cleides e família de camponeses.....	44
Figura 08. Posse do assentamento.	46
Figura 09. Croqui de divisão dos lotes.	46
Figura 10. Disposição aproximada dos lotes do PA Padre Cleides pelo <i>Google Earth</i>	47
Figura 11. Roçado de família.	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BSC	Banco de Semente Comunitário
°C	graus Celsius
CAAASP	Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
COP3	3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA	Instituto Nacional do Semiárido

IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
km	quilômetros
m	metros
m ³	metros cúbicos
MEB	Movimento Educação de Base
MER	Movimento Evangelização Rural
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
PPCSA	Programa Permanente de Convivência com o semiárido
P1MC	Programa Um milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PA	Projeto de assentamento Federal
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 01- ÁREA DE ESTUDO.....	13
1.1 Estado da Paraíba.....	13
1.2 O semiárido e o sertão paraibano.....	14
1.3 Município de Santa Helena-PB.....	15
 CAPÍTULO 02 - DA OCUPAÇÃO AO PROCESSO DE LUTA NO SERTÃO PARAIBANO.....	 18
2.1 Histórico do processo de ocupação do sertão paraibano.....	18
2.2 Convivência com o semiárido.....	21
2.3 A luta pela terra no alto sertão paraibano.....	25
2.4 A CPT na Paraíba.....	28
 CAPÍTULO 03 - CAMINHOS PARA PERMANÊNCIA NA TERRA E A EXPERIÊNCIA DO PA PADRE CLEIDES.....	 33
3.1 O Assentamento como um novo território.....	33
3.2 Caminhos para reprodução sem sujeição.....	36
3.3 As sementes da paixão e os bancos de sementes comunitários.....	39
3.4 PA Padre Cleides.....	44
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 51
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura está marcado sobretudo pela industrialização, que deve ser entendida como o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo. De acordo com Oliveira (1998, p.71), alguns teóricos como Lênin e Prado Júnior acreditam que sob tais condições deflagar-se-ia o desaparecimento do campesinato brasileiro, *“pois seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria”*. Para os referidos teóricos, os camponeses ao produzirem para o mercado entrariam em falência, perdendo suas terras para os bancos e tornar-se-iam proletários OLIVEIRA (1998).

Todavia, Oliveira (1998, p.73), discorre que este desenvolvimento do capitalismo no campo é um processo contraditório e desigual, pois *“ao mesmo tempo que aplica o trabalho assalariado no campo, aumenta, igual e contraditoriamente, o domínio do trabalho familiar camponês”*. Ou seja, esse processo contraditório gera, ao mesmo tempo, no campo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades, e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades. O autor destaca ainda que o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da terra e, contraditoriamente, o crescimento ou a formação do campesinato brasileiro.

Para Moreira e Targino (1996, p.295), a terra para o camponês representa a possibilidade de sua sobrevivência e a garantia de permanência na terra junto a sua família. Ou seja, a terra constitui para o camponês *“o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor”*.

Assim, a presente pesquisa faz um panorama histórico da luta pela terra do campesinato no semiárido paraibano, contextualizando-se com a convivência com o semiárido, tomando como estudo de caso o PA Padre Cleides.

O Capítulo I desta pesquisa foi destinado à caracterização da área de estudo escolhida, partindo-se do Estado da Paraíba, fazendo um recorte para o sertão paraibano e, posteriormente para o município de Santa Helena-PB, onde está localizado o assentamento, objeto desta pesquisa.

No Capítulo II, é feito um levantamento histórico do processo de ocupação do sertão paraibano. São apresentadas as ações governamentais de combate à seca do

século XIX, até a proposição na década de 1970, da convivência com o semiárido. O processo de ocupação passou por diversas lutas camponesas, como as lutas na década de 1980 nas áreas ao redor dos açudes. Destaca-se o papel fundamental da CPT para os camponeses, pois contribuiu para a sua conscientização social, e esteve presente ao lado dos camponeses na luta por um pedaço de chão.

No Capítulo III, apresenta-se o assentamento como uma nova territorialidade, como fruto dos movimentos sociais do campo, e da ação do Estado. Porém, com a conquista da terra e a implantação formal em assentamento, iniciam-se novos dilemas face ao novo território. Ou seja, a luta continua após a conquista da terra. Destacamos as experiências de reprodução sem sujeição, como as diversas ações dos camponeses contando com o apoio de diversos órgãos, conforme Marcos (2006). Destaca-se o papel do banco de sementes comunitário e a utilização das sementes locais (sementes da Paixão) adaptadas naturalmente ao clima semiárido da região.

Ainda neste capítulo, destina-se a caracterização do PA Padre Cleides, criado oficialmente em 2010 e composto por 16 famílias. Apresentam-se as medidas de convivência com o semiárido adotadas pelo assentamento em questão, sobretudo a adoção do banco de sementes comunitário.

A principal motivação para a presente pesquisa, se dá pela minha experiência de vida, entre os primeiros anos da década de 1990 aos anos finais da mesma década, entre meus 7 a 11 anos de vida. Vivenciei a seleção e a estocagem de sementes, acompanhava meus familiares nas atividades de roça, lembro dos silos de milho e feijão, lembro da festa que era quando chegava a época de chuvas, o inverno para nós no sertão paraibano. Em 1998, minha família migra para São Paulo, em 2009 entro na Universidade de São Paulo, onde passo por um processo de revisitação de minhas lembranças, com um novo olhar, através dos aprendizados da Geografia.

Esta é a inspiração para este trabalho, compreender os processos envolvidos na luta camponesa do sertão paraibano, escolhido o assentamento na mesma região onde vivi e tive as experiências do camponês, mas sem ter a dimensão dos processos envolvidos, e como estes se relacionam com outras questões mais amplas, considerando o processo histórico desde a ocupação do sertão paraibano.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da visita ao assentamento Padre Cleides, e pesquisa bibliográfica, considerando autores que escreveram sobre o Nordeste num contexto mais amplo e outros que pesquisaram, especificamente o Alto Sertão Paraibano.

1. ÁREA DE ESTUDO

1.1 Estado da Paraíba

O Estado da Paraíba localiza-se na região Nordeste do Brasil (Figura 01). Faz divisa com os estados do Rio Grande Norte (RN), Pernambuco (PE) e Ceará (CE), é formado por 223 municípios, sendo o município de João Pessoa a capital. A população em 2020 é estimada em 4.039.277 habitantes, numa área total de 56.468,427 km² (IBGE, 2021). A densidade demográfica é de 66,70 habitantes/km², e possui uma população urbana de 2.839.002 habitantes e rural de 927.832 habitantes segundo o último Censo IBGE 2010 (IBGE, 2021).

Conforme figura 01 (página seguinte), no estado da Paraíba encontram-se presentes três das quatro sub-regiões do Nordeste delimitadas por Andrade (1998): Zona da Mata, Agreste e Sertão.

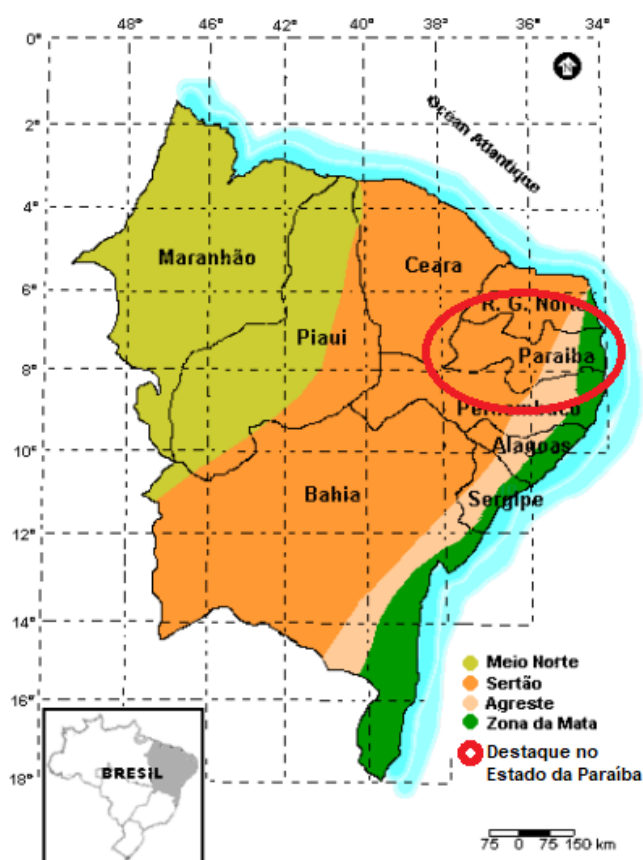


Figura 01. Região Nordeste brasileira e suas subdivisões. Fonte: Andrade, 1998. Destaque para o estado da Paraíba. Destaque por Silvío Leite, 2021.

Segundo Andrade (1998), a variação pluviométrica do Nordeste varia do sentido litoral para interior. Em outras palavras, a Zona da Mata é a região com maiores índices pluviométricos, seguido da região do agreste (que é uma zona de transição), e o sertão, com os menores índices pluviométricos do país.

1.2 O semiárido e o sertão paraibano

Segundo Moreira e Targino (2007, p.77), a expressão “semiárido” é utilizada frequentemente para designar um tipo climático caracterizado por: *“forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num pequeno período”*.

O semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, principalmente no quesito baixas precipitações pluviométricas (IBGE,2018). De acordo com a última delimitação do semiárido, feita pela SUDENE em 2017 (figura 02), é possível verificar que a maior parte do território do Estado da Paraíba encontra-se no semiárido delimitado pela referida Superintendência.

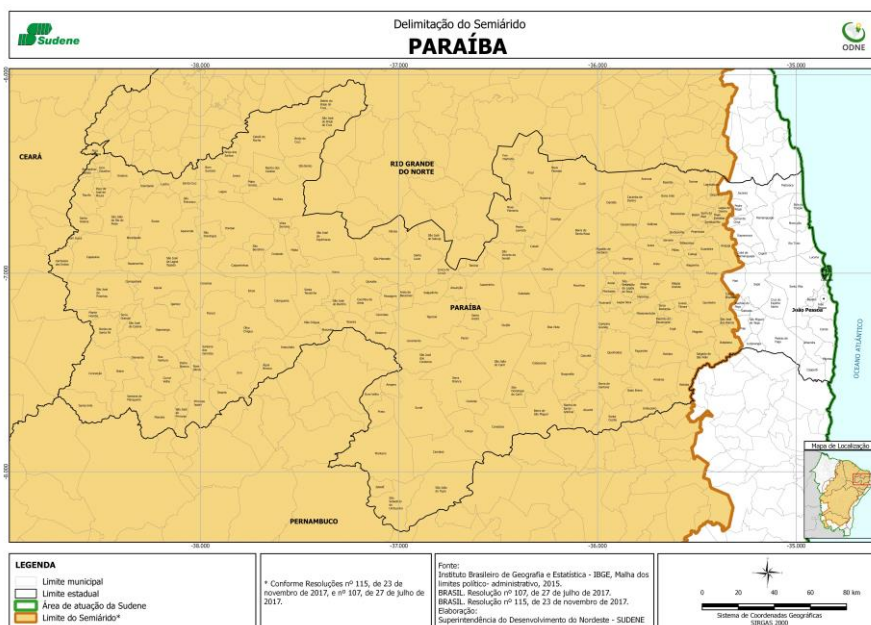


Figura 02. Delimitação da região semiárida do estado da Paraíba pelo SUDENE. Fonte: SUDENE (2017).

Segundo o Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2014, p.12), o semiárido brasileiro é formado por diversas regiões naturais. A classificação feita por Duque (2004), aponta a existência de oito regiões naturais no semiárido brasileiro: Agreste, Caatinga, Carrasco, Cariris-Velhos, Curimataú, Seridó, Serras e Sertão.

É sobre esta última região natural que está o recorte de estudo da presente pesquisa. Mais especificamente, no oeste do estado da Paraíba também conhecido como Alto Sertão Paraibano. Segundo Moreira (1988 apud NASCIMENTO, 2011), a expressão Alto Sertão da Paraíba é utilizada para designar a região serrana que limita o estado da Paraíba com o Estado do Ceará, e é comumente encontrada nos discursos dos movimentos sociais como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Tal denominação é tradicionalmente conhecida devido a definição feita pelo IBGE em 1945, ao realizar a subdivisão do território nacional em regiões fisiográficas adotadas no censo de 1950.

Dentro desta região, destaca-se o município de Santa Helena-PB, pois é onde se localiza o PA Padre Cleides.

1.3 Município de Santa Helena-PB

O município de Santa Helena-PB está localizado a 518 quilômetros da capital João Pessoa, e foi constituído pela lei estadual nº 2616/1961. Limita-se a norte com o município de Triunfo-PB, ao sul com Bom Jesus-PB e Cajazeiras-PB, a leste com São João do Rio do Peixe-PB e a oeste faz divisa com o estado do Ceará, com os municípios de Umari-CE e Baixo-CE e possui uma área de 211.143 km². A sede municipal apresenta uma altitude de 325 m e suas coordenadas geográficas são de longitude 38° 38' 16" (oeste) e latitude 06° 43' 12" (sul) (CPRM, 2005; IBGE, 2021).

De acordo com a Figura 03, observa-se que o município de Santa Helena, e o PA Padre Cleides estão localizados na região geográfica imediata de Cajazeiras-PB (IBGE, 2017) pertencendo ao semiárido paraibano, pois estão no extremo oeste do Estado.

De acordo com o IBGE (2021), a população santa-helenense estimada para 2020 é de 5.871 habitantes, sendo 2.667 residentes na área rural e 2.702 residentes na área urbana. Ou seja, uma pequena maioria da população mora em ambiente urbano, sendo essa uma diferença bem pequena.

A economia da cidade gira em torno da agricultura e pecuária de autoconsumo, na administração pública e no comércio local (ESPEGO, 2017). De acordo com o IBGE (2021), o município possuía em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM¹) de 0,609, e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$8.801,19 em 2018.

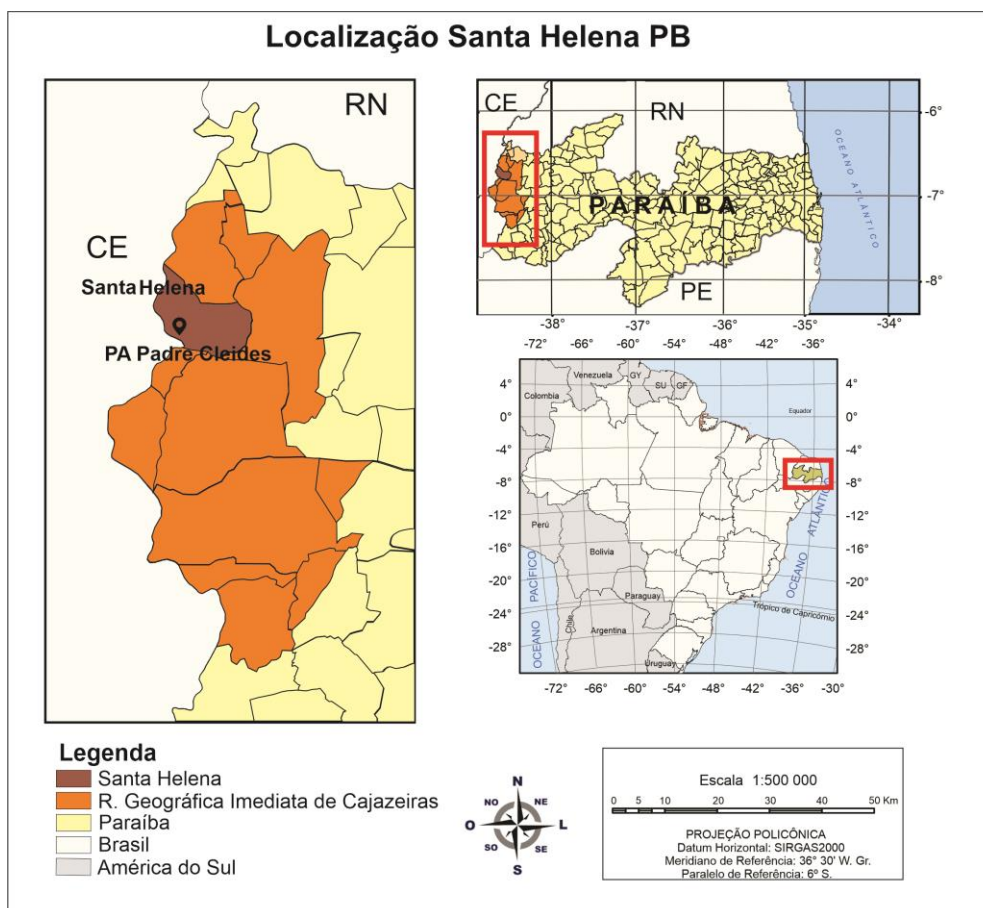


Figura 03. Localização do assentamento PA Padre Cleides no município de Santa Helena-PB, que está situada na região geográfica imediata de Cajazeiras. Fonte: IBGE, 2017b adaptado por Silvio Leite, 2020.

De acordo com dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017a), o estado da Paraíba possui 163.218 estabelecimentos agropecuários, sendo que 125.489 são de agricultura familiar. Ou seja, de todos estes estabelecimentos no Estado, 76% pertencem à agricultura familiar. A proporção no município de Santa Helena-PB é

¹ IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2021).

ainda maior, sendo de 81,8% (correspondente a 365) dos estabelecimentos da chamada agricultura familiar (em um total de 446 estabelecimentos agropecuários).

O clima de Santa Helena-PB é do tipo semiárido quente e seco (Bsh na classificação de Koppen), com variações anuais entre 23° e 30° C. Tais características tornam o município pertencente ao 'Polígono das Secas', apresentando basicamente duas estações definidas: verão (seco) e inverno (chuvoso), com regime pluviométrico baixo e variado. (CPRM, 2005).

A vegetação da cidade é caracterizada pelo bioma Caatinga, com árvores pequenas e cactáceas. Segundo CPRM (2005, p.3) os solos *“são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo de composição arenoargilosa (...)”*.

Todos os cursos d'água de Santa Helena são do regime de escoamento intermitente, com padrão de drenagem dentrítico. A bacia hidrográfica principal do município é a do rio Piranhas, que é uma sub-bacia do rio do Peixe. Há a presença de açudes para armazenamento de água (CPRM, 2005).

Será apresentado no capítulo a seguir, “Da ocupação ao processo de luta no sertão paraibano”, o histórico do processo de ocupação do sertão paraibano. Apresenta-se a perspectiva adotada na década de 1970 da convivência com o semiárido, e não o seu combate. Por fim, o capítulo descreve a luta pela terra no alto sertão paraibano, que teve grande apoio da CPT.

2. DA OCUPAÇÃO AO PROCESSO DE LUTA NO SERTÃO PARAIBANO

2.1 Histórico do processo de ocupação do sertão paraibano

A ocupação do sertão nordestino teve uma relação direta com a região do litoral, também conhecida de Zona da Mata. O caráter da ocupação da Zona da Mata paraibana foi semelhante àquele que dominou toda porção oriental nordestina, baseando-se na exploração da cultura da cana-de-açúcar em grandes propriedades conhecidas como “engenho”. O desenvolvimento do engenho na Zona da Mata, tanto no Nordeste quanto na Paraíba, foi responsável pela criação de um segundo sistema econômico dele dependente que avançou em direção ao interior e se difundiu rapidamente povoando o sertão nordestino e paraibano: a criação de gado (MOREIRA, 1990).

Segundo Puntoni (2002), a busca por metais preciosos em expedições pelo interior da colônia ajudava no desbravamento do sertão, mas foi o gado o responsável pelo povoamento do sertão nordestino. O avanço do gado pelo sertão nordestino foi institucionalizado pela publicação da Carta Régia em 1701, que proibiu os currais de gado até a distância de dez léguas a partir da costa marítima (correspondente a 48 quilômetros do litoral), mas antes desta institucionalização, *‘as fazendas criatórias já haviam penetrado no sertão nordestino’* de acordo com Galliza (1986, p. 145 apud Moreira, 1990). Ou seja, ocorreu uma separação das atividades canavieira e pecuária, resultando em uma divisão regional do trabalho. Na Zona da Mata concentrou-se a produção de açúcar, e no interior (Sertão e Agreste), a produção de gado e gêneros alimentícios, com o surgimento da fazenda sertaneja. Esta imprimiu na paisagem e na história regional do Estado uma dinâmica distinta daquela dos Engenhos do Litoral (MOREIRA e TARGINO, 1996).

Segundo Moreira e Targino (1996, p.70) *“se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semi-árida foi a fazenda que desempenhou tal função”*. Dentre as características da fazenda sertaneja, destacam-se:

Instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica, (...) utilização de técnicas rudimentares de criação; baixo nível de capitalização; e organização do trabalho combinando livre e escravo (MOREIRA e TARGINO, 1996, p.71).

De acordo com Andrade (1998), o sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa devido aos crescimentos populacionais de dois centros açucareiros: Salvador e Olinda. Tais centros comandaram a arremetida para os sertões em busca de terra para criação de gado (indispensável ao fornecimento de animais de trabalho ao engenho, e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento).

Com a crise açucareira no Brasil (dada principalmente à ascensão da produção antilhana), a Coroa portuguesa buscou formas de reorganizar a exploração da colônia, e passou a incentivar as expedições pelo interior (PUNTONI, 2002; SARMENTO, 2007).

De acordo com Moreira (1990, p.3), a recessão do sistema açucareiro nordestino foi responsável por profundas modificações na sua organização. Os senhores de engenho “*não podiam adquirir mão-de-obra escrava suficiente para atender suas necessidades de braços, devido ao aumento do preço da força-de-trabalho escrava*”, e passaram a facilitar a instalação de camponeses no interior de suas extensas terras. A partir daí, surge o sistema de moradia, que veio a substituir o trabalho escravo. De acordo com a autora:

Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade e nela cultivar uma roça. Em troca, eram obrigados, seja a prestar serviços ao senhor (moradores de condição ou cambãozeiros), seja a pagar-lhe uma renda fundiária em dinheiro (moradores foreiros). (MOREIRA, 1990, p.3).

Até a primeira metade do século XVIII, o espaço agrário sertanejo se organizava em função de uma atividade pecuária de caráter extensivo, complementada por uma agricultura de autoconsumo, também praticada nos latifúndios. Tal modalidade de agricultura estava estruturada em torno dos sistemas de moradia, de parceria e arrendamento. Ou seja, novas formas de relações de trabalho foram surgindo no campo sertanejo (MOREIRA 1990).

De acordo com Oliveira (2007, p. 181), o sistema de parceria “*é uma relação de trabalho na qual o proprietário da terra e o trabalhador dividem entre si, em partes combinadas, os custos e a produção obtida*”. De acordo com o decreto que regulamenta o Estatuto da Terra, decreto nº 59.566/1966, o arrendamento rural é:

O contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, (...) com o objetivo de nele ser exercida a atividade de exploração agrícola, pecuária (...).

No sistema de moradia, Moreira e Targino (1996) afirmam que eram camponeses sem terra que recebiam autorização do proprietário rural a autorização de habitar, ocupar um pedaço de terra e nele cultivar uma roça. Em contrapartida, eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), ou a pagar uma renda em dinheiro, o foro (no caso dos moradores foreiros).

Segundo Moreira (1990), a pequena produção de alimentos baseou-se principalmente nas culturas de feijão e milho no interior das fazendas e currais, sobretudo nas áreas de altitude inferior como nos vales e leitos secos dos rios temporários da região. A pequena produção no Sertão foi expandida pelos sistemas de parceria e arrendamento.

De acordo com a sua função nas fazendas, os camponeses recebiam diversas denominações: vaqueiros, boiadeiros, posseiros, foreiros, entre outros (NASCIMENTO, 2011). O grande destaque naquela época era o vaqueiro, que buscava ocupar novas terras onde havia água, promovendo um avanço das fazendas e tomando territórios dos nativos, os índios tapuias². Eles foram afugentados para as serras, perdendo os meios para sua sobrevivência. Os posseiros que não conseguiam sesmarias, lutavam ao lado dos vaqueiros na conquista da terra sertaneja. Os nativos resistem ao invasor, gerando uma luta pela permanência no seu território. Assim deflagra-se a chamada Guerra dos Bárbaros (ANDRADE, 1998, p. 149).

De acordo com Puntoni (2002, p.13), a Guerra dos Bárbaros foi um dos episódios mais longos e violentos da história do Brasil no contexto na expansão da empresa colonial no sertão nordestino. Porém, tal guerra foi mais um conjunto de conflitos no meio da expansão da empresa colonial, do que propriamente um “*movimento unificado de resistência*”. Neste longo período em que a colonização promovia o extermínio da população que não se submetia, a ocupação do território foi efetivada e a população indígena original quase dizimada (SARMENTO, 2007, p. 16). De acordo com Moreira e Targino (2007, p. 78): “*da mesma forma do verificado na*

2 Tapuia era o termo utilizado pelos índios Tupi, habitantes do litoral, para se referir às populações que habitavam as áreas longe do litoral. Constituíam-se de vários grupos étnicos. Os portugueses se apropriaram do termo para se referir aos índios do interior (LOPES, 2003 apud. Resgate - Rev. Interdisc. Cult., Campinas, v. 25, n. 2 [34], p. 57-80, jul./dez. 2017 – e-ISSN: 2178-3284).

região litorânea, a penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo”.

A partir da segunda metade do século XVIII, a economia ganha um novo produto de relevância econômica: o algodão. A cultura do vegetal trouxe uma dinâmica nova nas formas de exploração do território e do trabalho, inibindo os conflitos por um tempo. As condições dos camponeses não eram ideais, mas mantinham sua roça e, com ela, garantiam sua reprodução. O algodão consolidou-se no sertão, coexistindo com a pecuária e a agricultura de autoconsumo (MOREIRA, 1990; MOREIRA e TARGINO, 1996).

De acordo com Moreira (1990, p.5), a porção mais ocidental do sertão paraibano, onde situa-se Cajazeiras, só foi povoado em meados do século XVIII. Nesta época, *“todo território paraibano já estava conquistado, sendo o povoamento mais encontrado na porção litorânea e muito rarefeito na porção ocidental”*. Em suma, Moreira e Targino (1996, p.77) explicam que o tripé da produção semiárida gado- algodão-policultura, foi *“o marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX”*. Sendo seu último elo (o da policultura alimentar) o mais frágil por ocasião das secas periódicas, comprometendo a produção alimentar (MOREIRA e TARGINO, 1996).

A produção alimentar já foi muito comprometida na região sertaneja nordestina, mas devido às medidas adotadas de convivência com o semiárido, foi possível mudar toda a relação do povo nordestino sertanejo com o seu ambiente (MOREIRA e TARGINO, 1996; SILVA, 2006).

2.2 Convivência com o semiárido

Conforme Moreira e Targino (1996, p. 206):

Na Paraíba e, de resto, no Nordeste como um todo, as políticas governamentais de desenvolvimento regional restringiam-se durante muito tempo ao combate à seca através da acumulação de água, mediante a construção de açudes (regra geral em propriedades privadas, e com objetivos políticos bem determinados), sem preocupar-se com as áreas disponíveis para irrigação.

A Tese de Doutorado de Roberto Silva (2006), intitulada *“Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento”*, confirma a referência supracitada, complementando ao afirmar

que as primeiras ações do Estado brasileiro em resposta aos eventos de estiagem no semiárido nordestino tinham o carácter emergencial e descontínuo de assistência humanitária. Ou seja, as ações eram tomadas de forma imediatista e não havia uma ação sistemática sobre a região.

Silva (2006) afirma que no início do século XX o estado passa a discutir ações mais sistemáticas e planejadas para enfrentamento dos problemas provocados pela seca no Nordeste, sobretudo após os eventos de estiagem de 1877 e 1879. Em 1909 é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), institucionalizando oficialmente a Política Pública de Combate a Seca no Nordeste. A ideia de combate está determinada no próprio nome batizado do novo órgão estadual. Dez anos depois, a IOCS é transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). E, em 1945 assume o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), nome que se mantém na atualidade.

Conforme Silva (2006), na década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (precursor da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)), faz críticas à inexistência de resultados das ações até então tomadas sobre o semiárido. Moreira e Targino (1996, p.79) declaram a seguinte afirmação do GTDN sobre a seca: *“além de ser um desastre econômico, era, antes de mais nada, um desastre social, pois afetava mais fortemente as reservas alimentares da população”*.

Foi apontado pelo grupo que o problema nordestino não se resume aos eventos de estiagem, mas é sobretudo um problema econômico de subdesenvolvimento, sendo o clima (semiárido) e os eventos de estiagem componentes desse subdesenvolvimento. Com a criação da SUDENE em 1959, a superintendência se encarregou de promover o desenvolvimento do Nordeste e buscar maior integração com a economia nacional. Foram duas formas de ação do Estado para o combate aos efeitos da estiagem no Nordeste: construção das obras hidráulicas e as políticas de modernização econômica e o desenvolvimento como forma de vencer os problemas da seca (SILVA, 2006).

De acordo com Nascimento (2011, p.95):

Em princípio, o objetivo dessas construções [de barragens e açudes] era disponibilizar água para o consumo humano e animal para a irrigação nos períodos secos a todos os habitantes da região. Contudo, o que se viu foram açudes construídos dentro dos latifúndios, pertencentes em sua maioria a coronéis que se aproveitavam dos camponeses que necessitavam destas

águas, exigindo favores em troca do acesso a este recurso natural, muitas vezes cercado no interior das propriedades.

Por sua vez, de acordo com Silva (2006), na prática, nenhuma forma se apresentou como solução, pois apenas fortaleceram o latifundiário, garantindo um reforço das próprias estruturas vigentes. Diante do contexto das ineficientes intervenções do Estado para o combate aos efeitos da estiagem no Nordeste sobre as populações que mais sofriam com os eventos da seca, convergiu um movimento de crítica ao *modus operandi* do complexo econômico e político do sertão. Assim, críticas sobre a forma de atuação do estado e propõem-se alternativas e ganham uma nova dimensão. Então na Paraíba na década de 1970 um conjunto expressivo de ONGs, grupos da Igreja Católica, movimentos sociais do campo, universidades entre outros buscam transformar a realidade e construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Na década de 1980, instituições públicas de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) passaram a desenvolver propostas e a experimentar tecnologias hídricas e produtivas alternativas, buscando se adaptar à realidade ambiental e socioeconômica do semiárido. Foi divulgado um documento intitulado “Convivência do Homem com a Seca”, no qual foi defendida a criação de infraestruturas de captação e armazenamento de água de pequeno porte, em propriedades dos pequenos agricultores, tendo por base a própria experiência dos agricultores (SILVA, 2006).

Em 1993, diante de mais um período de estiagem no semiárido, camponeses organizados, sindicatos, associações e ONGs ocuparam a sede da SUDENE em Recife-PE e exigiram mudanças e defendendo ações para a convivência como meio para o desenvolvimento do semiárido (SILVA, 2006). Em 1999, um conjunto de diversas organizações realizaram um fórum concomitante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE. A partir dos debates e com a assinatura de 60 organizações, foi lançado o documento intitulado “Declaração do Semiárido”, que pode ser considerado como um documento de ruptura com o paradigma do combate à seca (SILVA, 2006; MARCOS, 2006).

A Declaração apontou medidas estruturantes para o desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos naturais do semiárido, defendendo a quebra do monopólio

do acesso à água e à terra. O evento repercutiu a nível nacional e o tema da convivência já permeava diversas ações no semiárido. Nesse contexto, propôs-se a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no semiárido brasileiro para armazenamento de água de chuva para o consumo humano. Nasce assim o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), com objetivos para preservação, acesso, gerenciamento e valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania. Também foi constituída neste contexto a Articulação do Semiárido (ASA)³ a nível nacional (ASA, 2021a; SILVA, 2006; MARCOS, 2006).

De acordo com Marcos (2006, p.3), com a criação da ASA, as ações no semiárido mudam de foco:

(...) de combate, passa-se a falar em *convivência* com a seca. A mudança de perspectiva é clara e envolve duas questões fundamentais. Uma, aquela de que **não há o que combater: a seca é uma realidade, não um inimigo**. É necessário, pois, estar preparado para conviver com ela, buscando alternativas endógenas – esta é a segunda questão – e não mais a repetição de modelos exógenos que não se adequam à realidade do semi-árido. (grifo nosso).

Outro programa que foi criado para melhorar a convivência com o semiárido é o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2, nome que justifica a estrutura mínima que as famílias necessitam para produzirem: espaço para plantio e criação animal (a terra), e água para consumo, cultivo e criação animal. O P1+2 congrega o P1MC (ASA, 2021b).

Segundo Silva (2006), o tema da convivência é complexo, mas pode-se elencar como fatores principais: o social, o cultural, o econômico, o ambiental e o político. Para finalizar a concepção sobre o tema da convivência no semiárido, Silva (2006, p. 270), afirma que *a convivência com o semiárido é hoje a principal expressão cultural e política de um novo modelo de desenvolvimento que se pretende construir naquela realidade*. Buscando uma justiça social, prudência ecológica, eficiência econômica e cidadania política.

3 Articulação no Semi-árido é um fórum social que surgiu na Paraíba na década de 1970, com uma perspectiva de buscar alternativas para as dificuldades encontradas nos momentos de secas prolongadas, conforme Marcos (2006).

2.3 A luta pela terra no alto sertão paraibano

Para Oliveira (1994, p.22), o século XX foi bastante rico em exemplos de luta pela terra, e dois processos atuaram ao moldar o movimento dos camponeses no Brasil:

De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente a expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados. Estes dois processos gerais de luta no campo vão praticamente comandar o pipocar de conflitos durante todo este século.

O novo modelo de acumulação adotado pela agropecuária paraibana a partir da década de 1970, foi responsável por modificações profundas nas relações de trabalho e na organização agrária na Paraíba. As transformações na organização agrária na Paraíba como o avanço da cana e do pasto, a ampliação da concentração da propriedade da terra, e a mecanização de certas etapas dos processos produtivos (nas áreas onde foi mais forte a modernização agropecuária), rompeu com a forma de convivência tradicional entre agricultura e pecuária MOREIRA e TARGINO (1996).

De acordo com Moreira e Targino (1996), essas mudanças foram responsáveis pela expulsão/expropriação de milhares de produtores diretos do campo para a cidade e a transformação das terras consagradas à policultura alimentar em áreas de pasto no sertão. Expandiu-se o trabalho assalariado no campo e diversos conflitos por terra surgiram a partir desse período. Ou seja, segundo os autores (MOREIRA e TARGINO 1996 p. 259): *“o assalariamento do campo se deu em detrimento de algumas formas tradicionais de trabalho”*. Ainda segundo os autores em referência:

A luta pela terra na Paraíba traz embutida a luta contra a subordinação da terra à monocultura e à pecuária. Ela representa, ainda, a luta dos que têm fome de alimentos contra os que têm fome de lucro. (MOREIRA e TARGINO, 1996 p. 300).

Assim, devido ao caráter excludente do processo de modernização agropecuário, observou-se a partir da década de 1980 uma *“organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência à sua exclusão do processo de apropriação da riqueza gerada no campo”* (MOREIRA e TARGINO, 1996, p. 280).

Nesta mesma época, especificamente no sertão da Paraíba, Mitidiero Junior (2008), afirma que os conflitos nas áreas dos açudes são considerados os primeiros eventos de luta pela terra na região entre os camponeses e os latifundiários. Os conflitos na região ocorreram ao redor de quatro açudes públicos: Açude de Pilões (em São João do Rio do Peixe-PB), Açude de Bartolomeu (em Bonito de Santa Fé-PB), Açude Riacho dos Cavalos (no município homônimo) e Açude de Carneiro (em Jericó-PB) (MITIDIERO JUNIOR, 2008; MOREIRA, 1997).

Resumidamente, os açudes públicos foram resultados de desapropriações realizadas pelo Estado a partir da década de 1930 em grandes propriedades rurais. Parte destas terras não foram aproveitados na construção dos açudes, ficando grandes áreas públicas nas margens dos açudes construídos. Os antigos proprietários continuaram se apoderando delas mesmo depois de terem recebido a indenização do Estado: *“os antigos donos, ao término da construção dos açudes, continuavam cobrando renda (“foro”) dessas famílias”* (MITIDIERO JÚNIOR 2008, p.319; MOREIRA e TARGINO, 1996).

Importante destacar que essas famílias não tinham conhecimento de que as terras em que viviam há muitos anos não pertenciam mais ao ‘patrão’ e que estavam submetidos à indevida exploração. Mas a partir da década de 1980 os movimentos sociais eclodiram na região (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Na década de 1980 a luta no sertão paraibano tinha como característica fundamental os movimentos de resistência à expulsão e ao não pagamento de renda a um falso dono da terra, as famílias tiveram o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que daria origem a CPT – Sertão (OLIVEIRA, 2013). Na década de 1990, tem início no sertão paraibano, a ocupação de terras privadas improdutivas, a ocupação como forma de luta já tinha sido disseminada por todo território nacional com a ação do MST e da CPT, no caso do estado paraibano, o protagonismo da CPT nas lutas e a ocupação como forma de luta foi cerne dos movimentos sociais do campo no litoral e no agreste paraibano (OLIVEIRA, 2013).

No Alto Sertão Paraibano, o primeiro caso foi a luta pela terra na Fazenda Acauã, este se tornaria o primeiro PA com intermediação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município de Aparecida-PB (MITIDIERO JÚNIOR, 2008). O conflito foi deflagrado em 1995, cerca de 60 famílias ocupam a fazenda, terra privada improdutiva. Depois de muita luta e resistência, em outubro de 1996 é emitido o documento de posse na área desapropriada pelo INCRA (OLIVEIRA,

2013) e nasce o PA Acauã. Já no final da década 1990 existiam 12 assentamentos no Alto Sertão Paraibano, quatro deles vinculados ao órgão estadual Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA) e oito PAs vinculados ao INCRA (OLIVEIRA, 2013). A figura 04 abaixo mostra foto das famílias acampadas no acampamento Três Irmãos, originado da luta pela terra no açude de Pilões.

Por fim, destaca-se o problema de concentração fundiária encontrada em todo o país. De acordo com a página Valor (2020), o índice Gini para o Brasil em 2017 é de 0,73 no quesito concentração de terras. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 o valor que representa a situação de igualdade e 1 o valor absoluto para concentração fundiária. Ou seja, o valor representa um índice alto, próximo da concentração absoluta (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004).



Figura 04. Famílias acampadas no Acampamento Três Irmãos embaixo do juazeiro. Fonte/Foto: Jornal O Correio. Data: 28 de julho de 1991 – Centro de Documentação D. Tomás Balduino – Acervo CPT Nacional.

Andrade (1980), descreve o Brasil como sendo um dos países do mundo cuja estrutura fundiária é caracterizada pelo domínio absoluto da grande propriedade subexplorada⁴ denominada latifúndio:

4 Não cumpre o papel social da terra previsto pela Constituição Federal na Lei nº 4.504 de 1964, na qual diz: A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a

Quando analisamos os dados estatísticos disponíveis, observamos que há uma grande quantidade de minifúndios, de propriedades de extensão exígua, ao lado de um número relativamente pequeno de grandes propriedades que entretanto ocupam mais de $\frac{3}{4}$ da área apropriada no país. (...) O mecanismo de complementação do latifúndio com o minifúndio funciona de forma a favorecer o grande proprietário, uma vez que a existência de pequenos proprietários nas proximidades dos latifundiários permite que estes disponham de uma fonte inesgotável de mão-de-obra, o chamado “exército industrial de reserva”, à qual recorre nas ocasiões em que necessita, usando os pequenos proprietários como trabalhadores ocasionais, “como clandestinos”, sem ter uma relação contratual que os sujeite às obrigações sociais, trabalhistas (ANDRADE, 1980, p 23).

De acordo com Moreira e Targino (2007), a grande maioria dos assentamentos no semiárido paraibano foi criada a partir da segunda metade dos anos 1990, em virtude de uma conjugação de fatores. Aqui destaca-se, principalmente a presença mais atuante da CPT na região, pelos motivos elencados na sequência.

2.4 A CPT na Paraíba

A história da CPT no estado da Paraíba se confunde com o próprio movimento social de luta pela terra. Constituída oficialmente em 1975 no Brasil, e tem sua origem ligada ao movimento da Igreja Católica em direção ao campo. (MOREIRA e TARGINO, 1996). Ressalta-se que, segundo os autores supracitados, não é a Igreja enquanto instituição que atuou como mediadora de conflitos. Mas sim, seus setores mais progressistas ligados à Teologia da Libertação, como os padres, os bispos etc., que realizaram meritório papel. A seguir será realizado um panorama histórico da criação da CPT na Paraíba.

Segundo Mitidiero Júnior (2008, p. 279,280), na década de 1950, surgiu em Pernambuco e na Paraíba, o movimento que ficou conhecido como As Ligas Camponesas, sendo o maior e mais organizado movimento de camponeses no período. De acordo com Oliveira (2007), o movimento nasceu em Pernambuco, em 1955, foi no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Já no estado da Paraíba, ocorreu pouco depois,

Fundada em 1958, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, popularmente chamada de Ligas Camponesas, surgiu da hiper-

conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

exploração do trabalho dos moradores de condição nas áreas canavieiras próximas ao município de Sapé”. [...] “Mesmo quando as Ligas alcançaram o âmbito nacional, foi na Paraíba que se concentrou o maior contingente de camponeses associados: 16 mil trabalhadores (PEREIRA, 2005 apud MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p.281).

As Ligas na Paraíba se espalharam por diversos municípios e alcançaram dimensões nunca imaginadas pelos camponeses que a formavam na época. A repercussão ultrapassou a fronteira nacional, na época se dava a notícia de uma possível visita do então presidente estadunidense na Liga de Sapé. As Ligas Camponesas foram alvo dos grandes proprietários de terra, que reagiram com violência, destruindo plantações, casas dos camponeses e assassinando lideranças (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

O assassinato de João Pedro Teixeira em 1962, o maior líder das Ligas Camponesas, e seu assassinato marcou profundamente o movimento das Ligas, dois anos depois, veio o golpe militar de 1964, outros líderes foram assassinados e o movimento foi praticamente liquidado (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

No período de maior ação das ligas camponesas (décadas de 1950 e 1960), o papel da Igreja Católica no estado da Paraíba foi o de minimizar e extinguir as ações dos camponeses. Sua principal ação foi colocar os clérigos no campo e formar sindicatos rurais para fazer frente aos movimentos das ligas, que eram vistas pela igreja como organizações comunistas (e foram extintas posteriormente pelo regime militar). Segundo Mitidiero Júnior (2008, p. 142):

A abertura concedida pela Igreja hierárquica à formação de pastorais teve como objetivo frear o desenvolvimento do pensamento comunista nos bolsões de pobreza. [...] O incentivo dado pela Igreja à formação de sindicatos rurais objetivava impedir que as organizações camponesas se tornassem movimentos sociais revolucionários nos moldes da revolução cubana.

Segundo Mitidiero Júnior (2008), foi nesse período em que surgiram movimentos da Igreja com a finalidade de uma aproximação dos clérigos dos camponeses, como o Movimento Educação de Base (MEB) e o Movimento de Evangelização Rural (MER). O MEB iniciou em 1961 e consistiu inicialmente na alfabetização dos moradores rurais por meio de transmissões de rádio. Segundo o autor (2008, p.140):

O objetivo inicial desse movimento era a alfabetização, mas, gradativamente o MEB, ao constatar a perversa situação social que seu público-alvo vivia,

passou a incentivar a autopromoção dos camponeses, orientando para que as comunidades lutassem pelos seus direitos.

O MER foi criado no final da década de 1950 e tinha como função a evangelização dos camponeses e trabalhadores rurais. Tanto o MEB como o MER serviram de inspiração para a formação de CEBs pela Igreja católica em 1960. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p.141). Pouco a pouco, os camponeses reconhecem a situação de miséria e exploração a que eram submetidos.

Segundo Mitidiero Júnior (2008, p.141, 292), além do MEB e do MER, outro movimento responsável pela aproximação dos clérigos aos camponeses foi um movimento da Igreja da Paraíba chamado Igreja Viva (inspirado no pensamento da Teologia da Libertação), que ocorreu em 1969. Através de uma Kombi, os clérigos se deslocavam da capital paraibana para diversas localidades para orientar e evangelizar, ficando hospedados por um ou dois dias nas comunidades rurais e urbanas. Formavam-se grupos para reuniões periódicas e para manter um espaço vivo de reuniões com a comunidade. Desta forma, havia o relacionamento com o povo na base e estabeleciam-se redes de confiança e de amizade. De acordo com o entendimento do autor (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p.293), *“foi nessa experiência que nasceu o trabalho de base como forma de conscientização popular e que inspirou o trabalho na CPT da Paraíba até os dias atuais”*.

Vale ressaltar que no início da década de 1970, clérigos espalhados pelo Brasil relataram a situação crítica de camponeses vítimas da exploração, violência e expulsão do campo. Tais observações foram ainda mais significativas na conscientização camponesa. O movimento Igreja Viva durou com esta denominação até meados de 1972, quando seus participantes decidiram que a sua composição deveria se juntar às CEBs. Ou seja, as CEBs na Paraíba nasceram das comunidades do Igreja Viva, segundo Mitidiero Júnior (2008, p.294, 297).

As CEBs consistiam na formação de comunidades em torno de uma capela ou paróquia para estudos bíblicos e de reflexão das condições sociais que as comunidades viviam. Introduziram-se ideias de coletividade, de direitos sociais e a vontade de lutar contra a inércia de sua condição social. Além disso, os camponeses tomaram ciência de pensamentos e ações de cunho esquerdista/marxista, influenciados pela Teologia da Libertação – um movimento da Igreja Católica que passou a negar a passividade pregada pela própria Igreja diante dos problemas do sistema capitalista de produção (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 44,141)

Ou seja, era feita uma interpretação do Evangelho com o forte teor contestatório da situação vigente dos povos pobres e oprimidos, sobretudo do campo. Sobre as ações dos grupos organizados da Igreja Católica na Paraíba, Mitidiero Júnior (2008, p. 305) declara:

A Igreja estava em meio aos conflitos, ora divulgando as injustiças, ora organizando os trabalhadores, ora fornecendo os advogados, ora denunciando os abusos dos fazendeiros; os agentes pastorais estão lá no momento do conflito; ora os agentes estão levando para a cidade (hospital) as vítimas da violência; ora estão fornecendo subsídios aos trabalhadores, ora preparando o trabalho de base; assim a Igreja ia patrocinando a formação e a espacialização da luta pela terra no Estado.

De acordo com Mitidiero Júnior (2008), em 1972, Dom José Maria Pires, por meio da arquidiocese da Paraíba formou um grupo chamado Promoção Humana. O grupo era formado por clérigos e não clérigos, para atuar em conjunto com camponeses que moravam em terras da Igreja. Poucos anos depois, em 1975 nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) propondo-se como instrumento pastoral aliada dos trabalhadores rurais. De acordo com o autor:

O caráter teológico, eclesiológico e cristológico da CPT exigiu que ela fosse uma pastoral que tivesse sentido pastoral, que encarasse os problemas do campo como uma questão de fé e justiça no seu aspecto social e bíblico. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 154).

Em 1976, o grupo Promoção Humana formou a Pastoral Rural no estado paraibano. No mesmo ano, a Pastoral recebeu convite para integrar-se a CPT nacional. Mas, segundo entrevista realizada por Mitidiero Júnior (2008, p. 306) a Frei Anastácio, o convite havia sido negado porque *“era uma coisa de cima para baixo, era uma coisa dos bispos e a gente era muito ‘basista’”* (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 306). Com isto, estabeleceu-se claramente uma diferença entre a Pastoral Rural paraibana e a CPT nacional (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

De acordo com Moreira (1996), a Pastoral Rural participou também ativamente de conflitos de terra, como na luta de Alagamar no agreste paraibano. Foi um dos maiores conflitos por terra no estado. Esse conflito teve início em 1977 em plena ditadura militar. A Pastoral Rural da Paraíba construiu ao longo dos anos uma história própria com os movimentos sociais do campo. A Pastoral passou a usar o nome de CPT e se integrou oficialmente em 1988 à CPT Nacional (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

O autor supracitado, informa que a transformação da Pastoral Rural em CPT na Paraíba ocorreu como resultado da piora das condições de trabalho da pastoral por todo o Nordeste. Em todos os depoimentos colhidos pelo autor, o fator determinante para este agravamento foi a substituição deliberada – pelo Vaticano – de Dom Hélder Câmara (bispo progressista de Olinda) pelo bispo ultraconservador Dom José Cardoso: *“Isso significou o fim de todas as iniciativas tomadas por Dom Hélder na formação da Igreja dos pobres e a remoção de todos aqueles clérigos seguidores das suas ideias.”* (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p.308). Dom José Cardoso acabou com todos os projetos sociais da diocese de Olinda e Recife e removeu ou expulsou clérigos e leigos com aspirações de esquerda e adeptos da Teologia da Libertação.

Segundo entrevista ao professor Alder Julio Calado, em 24/08/2005 (apud Mitidiero Júnior, 2008, p. 309), neste contexto das ações de Dom José Cardoso, a Pastoral Rural da Paraíba recebeu uma solidariedade mais forte da CPT. *“Um dos mecanismos de saída foi a troca de nome, embora mantendo a base”*. Ou seja, a Pastoral Rural paraibana passou a se chamar Comissão Pastoral da Terra (CPT) na segunda metade da década de 1980. No estado da Paraíba, a CPT passa a ter as suas secretarias regionais da seguinte forma: CPT João Pessoa, CPT Campina Grande, CPT Guarabira e CPT Cajazeiras / Sertão / Alto Sertão), cada uma com as suas particularidades.

Especificamente na CPT Alto Sertão paraibano, alguns pontos centrais foram determinantes para sua criação: péssimas condições eclesiais; forte influência das CEBs, e a presença da agente pastoral Socorro Goveia e do padre Domingo Cleides Claudino como articuladores. Com o término do mandato do padre Cleides de coordenação diocesana, todo o trabalho que estava sendo desenvolvido na Pastoral Rural ficou sem proteção da Igreja. Então Socorro se aproximou da CPT, culminando na formação da CPT no sertão (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 317).

Logo, a CPT Alto Sertão paraibano nasceu com o trabalho de base de integrantes das CEBs, que depois viria a se tornar parte da CPT, numa relação muito próxima com o camponês. Ou seja, participando no conflito e, também nas formas convivência com o semiárido do sertão.

3. CAMINHOS PARA PERMANÊNCIA NA TERRA E A EXPERIÊNCIA DO PA PADRE CLEIDES

3.1 O Assentamento como um novo território

Os assentamentos rurais são a caracterização de uma luta constante à procura de melhores condições de vida e torna-se um território politicamente ativo, pois necessitam de organização, infraestrutura e de outras atividades políticas e sociais de um lugar, sendo palco de muitos conflitos, mas também de deliberações produtivas na economia do país (ESPEGO, 2017).

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p.7), os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, a favor de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Os autores ainda complementam:

Como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária.

Na visão institucional do INCRA (2020a), o assentamento é posto como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas e entregues pelo Instituto a famílias sem condições econômicas para a aquisição e manutenção do imóvel rural por outras vias, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma destas unidades é chamada de parcela, lote ou gleba.

Para Moreira e Targino (2006 apud Nascimento, 2011, p.53) pode ser visto como um território de esperança:

(...) é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política preexistente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança [...] Território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de [re]criação, [re]definição. [re]delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

Adota-se aqui o conceito de território de acordo com Claude Raffestin (1993, p. 143) onde afirma que o território se forma a partir do espaço, sendo que ao se apropriar de um espaço (concreta ou abstratamente) o ator “territorializa” o espaço. O ator neste caso, são os camponeses, que independentemente de ser com terra (assentados) ou sem-terra como foreiros, parceiros ou posseiros, territorializam o espaço que se instalam, ao se apropriarem do espaço onde se encontram.

De acordo com Nascimento (2011, p.54), a ideia de posse de terra, para os camponeses é diferente da lógica capitalista. Segundo o autor:

Enquanto para o camponês a posse da terra representa a possibilidade de ter onde morar, produzir e garantir a subsistência familiar, de se libertar da subordinação de um grande fazendeiro ou coronel, para os capitalistas a posse da terra tem como meta transformá-la em uma máquina lucrativa a serviço da reprodução do capital.

Ou seja, é possível pensar o assentamento como uma nova territorialidade, fruto dos movimentos sociais do campo e a ação do Estado. Este, no intuito de amenizar o conflito social, ao adotar uma política pontual e localizada, não traduz a real necessidade de um enfrentamento a desigualdade social existente no campo. Porém, ainda representa um lugar de moradia e de reprodução do modo de vida camponês, gerando transformações sociais, econômicas e políticas em nível local e em alguns casos, até regional. Ocorre um rompimento com o modelo de exploração do latifúndio, mas não com a hegemonia do capital e a subordinação do camponês ao capital. Pois, não é somente pelas relações de trabalho e pelo regime de posse da terra que ocorre a subordinação camponesa. Mas tal conquista oferece as ferramentas e possibilidades para a resistência e a reprodução do modo de vida camponês (MITIDIERO JÚNIOR, 2011; MOREIRA e TARGINO, 2007).

De acordo com Nascimento (2011, p.51), a relação camponês-terra, se dá pela:

(...) convivência, materialidades e imaterialidades que fazem de um pedaço de chão, de suas casas simples, de suas festas simbólicas, da união entre os membros de uma comunidade, algo que o camponês possa afirmar com toda alegria “É meu!”.

É a partir da conquista da terra e a posterior implantação formal do assentamento que se iniciam os dilemas em face ao novo território. Para o camponês introduzido num espaço novo e desconhecido, se faz necessário um grande esforço para que se possa criar uma nova identidade enquanto assentado, e também

enquanto assentamento. São comuns desafios como efetivar a posse da terra e produzir os meios para a própria reprodução do assentado, como a produção de alimentos com a agricultura, criação de animais e a prática da economia de excedente para atender necessidades de itens que não são produzidos na área do assentamento (MARTINS, 1975; NASCIMENTO, 2011).

Para Mitidiero Júnior (2011, p. 7), o gargalo na efetividade do assentamento está nos problemas socioeconômicos e políticos que permeiam a implantação dos assentamentos:

É na materialização da conquista da terra que emerge uma série de dilemas e questionamentos (...) problemas socioeconômicos e políticos marcam o processo de efetivação dos assentamentos em todo o Brasil. Sendo que o trabalho na terra e a produção de alimentos, a princípio objetivos elementares da luta pela terra e da realização da reforma agrária, aparecem como grandes gargalos na transmutação de sem-terra a assentado.

É o Estado quem dita os passos e as técnicas para o assentamento das famílias, e assim os problemas aparecem. Uma série de morosidades do Estado ocorre em diversas fases: nos processos de desapropriação, nas demandas judiciais, nas demarcações dos lotes e construção das casas ou no descompasso no sistema de créditos, entre outros. Tais dificuldades aparecem no primeiro momento nos assentamentos em que o camponês não tem relação anterior com a terra conquistada pois ele, muitas vezes, entra nela sem ferramentas e nem moradia, ficando sujeito às intervenções do Estado, responsável em tornar o assentamento viável (MITIDIERO JÚNIOR, 2011).

A desapropriação do latifúndio e a efetivação do assentamento em seu aspecto formal é uma atribuição do INCRA. Este impõe exigências na criação burocrática de associações e projetos para liberação de recursos para construção das estruturas básicas necessárias e para a agricultura e geração de renda dos assentados. Ou seja, criam-se barreiras influenciando a maneira de como os assentados produzirão. Nos casos em que o assentamento surge a partir da luta de resistência, não há grande dependência do Estado nas condições iniciais, pois já detinham condições mínimas para produzir (MITIDIERO JÚNIOR, 2011).

Sobre as dificuldades para realização do assentado para atendimento das necessidades econômicas, sociais e políticas, Moreira e Targino (2007) mencionam quatro pontos centrais, sendo quanto a origem do assentamento (sobretudo quanto a

diferença entre a luta de resistência e a luta de ocupação, aquela já detendo alguma infraestrutura mínima, a segunda ficando à mercê da interveniência dos agentes do estado; quanto a assistência técnica, ou seja, a ausência ou a forma precária que ela é praticada, podendo provocar uma situação de endividamento por parte dos assentados; precariedade dos canais de comercialização disponíveis para escoamento da produção camponesa (contribuindo para permanência do atravessador); e a gestão dos assentamentos, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente, com tendência a perpetuação das lideranças.

Em se tratando do semiárido, há mais um fator de dificuldade, a forma política e econômica estruturada para lidar com o aspecto natural dos períodos de estiagem, que se caracteriza pela precipitação de chuvas irregular e a ausência de chuvas por um ou mais anos, o que praticamente inviabiliza as culturas de feijão e milho, as mais tradicionais na região (MOREIRA & TARGINO, 1996). Devido a estas circunstâncias, o camponês assentado não rompe totalmente com os mecanismos de subordinação. Nesse sentido, concorda-se com Moreira e Targino (2006), pois, tratando-se de um território de esperança, não há a ruptura total com a hegemonia do capital, não atinge a utopia, como negação da ordem estabelecida que é a concentração fundiária e o agronegócio. Com o acesso à terra, o assentado busca e desenvolve ferramentas para a construção da sua resistência mesmo que subordinada, e para a reprodução do modo de vida camponês em superação dos obstáculos levantados.

A fração do território conquistado e transformada em assentamento pode ser entendida como resistência subordinada, logo com diversas dificuldades de materialização do ambiente de trabalho e organização social autônomo. A palavra “resistência” no sentido etimológico significa “ato ou efeito de resistir” ou “força que se opõe a outra” (Ferreira, 2000 apud Correia, 2011 p. 102). A seguir, serão citados exemplos de oportunidades que o camponês da região de estudo logra para se reproduzir independentemente.

3.2 Caminhos para reprodução sem sujeição

Como foi visto, a luta pela terra continua após a conquista da terra, com novas demandas para superação, neste aspecto, será apresentada uma série de ações especificamente do Alto Sertão Paraibano onde está localizado o assentamento objeto da presente pesquisa, que representa esforços dos camponeses com apoio da CPT,

da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), ONGs como a ASA entre outros. Essas ações nas palavras de Marcos (2006, p. 2), são chamadas de experiências de reprodução sem sujeição:

Neste sentido, os assentamentos Acauã (Aparecida-PB), Frei Damião e Santo Antônio, (Cajazeiras-PB), todos no alto sertão paraibano e ligados à CPT-Sertão, são palco das mais importantes experiências de reprodução sem sujeição. É no seio destes assentamentos que encontramos a **experiência de autogestão** de Associação, como a do Assentamento Acauã; a criação dos **bancos de sementes da paixão**; a **socialização camponesa** através do trabalho das crianças nos **viveiros de mudas**; os **cultivos agroecológicos**; as **feiras agroecológicas**; as **farmácias vivas**; a apicultura; a discussão sobre o uso racional da água, sobre educação, saúde e alimentação dos camponeses assentados. (grifo da autora).

Conforme Marcos (2006), o assentamento Acauã (no município de Aparecida-PB) foi o primeiro assentamento do INCRA no sertão paraibano e serviu de base para muitas das ações tomadas ao longo do tempo. O INCRA através de seus técnicos desacreditava que poderia lograr um assentamento no sertão, conforme depoimento da Maria Elza Gomes, técnica da CAAASP (OLIVEIRA, 2013, p. 98):

O uso das tecnologias para convivência com o semiárido, como o uso das cisternas, provou para o INCRA que o assentamento no sertão era viável e que era possível viver bem nessa região, sem precisar sair para outras regiões. A desapropriação de terras pelo INCRA no sertão funcionou e hoje em dia foi quebrada a ideia que era inviável a reforma agrária no sertão. O sertão, portanto, é a região em que o pessoal se identifica com a terra, produz e vive nela.

A descrença do INCRA apontada acima era muito em razão das características do semiárido. Todavia, as experiências do assentamento Acauã demonstraram formas de superação, como as formas de convivência com o semiárido. O camponês do sertão sabe viver no semiárido, conhece a terra em que vive. Sendo que o problema em questão não é a estiagem em si, mas a forma que historicamente foi formada a estrutura agrária concentrada que remove do camponês sua principal necessidade de reprodução, que é a terra.

Foi através das ações da ASA que houve uma transformação do semiárido, superando a ideia de enfrentamento dos eventos de estiagem, e se coloca na perspectiva da convivência com a seca. Foram mobilizadas ações para o uso da terra, da água e do meio ambiente com uso de tecnologias alternativas que melhor se adaptam ao meio ambiente local (MARCOS, 2006).

As ações de convivência com o semiárido são tomadas a partir de diversos grupos, em forma de redes, onde toda ação é tomada por coletivos formados dentro dos assentamentos, que extrapolam os limites dos mesmos através de diversas formas de intercâmbio entre assentamentos distintos com o apoio da CPT, da CAAASP e da ASA-PB principalmente (MOREIRA e TARGINO, 2007).

A CAAASP é uma organização social que começou em 2001 como uma articulação da própria CPT, mas, atualmente funciona muito próximo de uma empresa de assistência técnica agrícola (VOZ DA TERRA, 2015). A ASA (2021c), segundo seu próprio site, se define como:

Uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. (...) As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o semiárido brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, **PB**, RN, CE, PI, MA). (grifo nosso).

As redes citadas são formadas por temáticas com grupos compostos por assentados e assessores técnicos, esses grupos focam em determinadas áreas para levantar questões e resoluções. De acordo com Marcos (2006) e Santos (2010), são seis grupos temáticos atuantes no sertão paraibano: Rede Abelha, Rede de Cultivos Agroecológicos, Rede Sementes, Rede Educação, Rede Saúde e Alimentação e Rede Água.

Destaca-se aqui a Rede Sementes, pois trata do resgate da semente crioula tradicionalmente armazenada pelas famílias camponesas. A partir de 1992 no Alto Sertão Paraibano é constituído o primeiro o BSC (Banco de Semente Comunitário) no assentamento Três Irmãos, município de Triunfo PB. Era uma prática individual da família camponesa, mas que passa a ser utilizado de forma coletiva, preservando sementes adaptadas ao ambiente semiárido, fazendo frente às sementes de mercado, que em geral, são híbridas e transgênicas (NASCIMENTO, 2011).

3.3 As sementes da paixão e os bancos de sementes comunitários

De acordo com Shiva et al (2003), a semente:

(...) é o primeiro elo da cadeia alimentar e incorpora milênios de evolução e milhares de anos de melhoramento realizado por agricultores, bem como a cultura de guardar e compartilhar livremente os materiais genéticos. É a expressão da inteligência da terra e da inteligência de comunidades agrícolas ao longo dos séculos (SHIVA et al 2003, p.3 apud Cunha 2013, tradução da autora).

As sementes são o insumo primordial à produção agrícola. Ao longo de diversas gerações, as comunidades rurais realizaram a seleção e o melhoramento das sementes a partir de critérios variados. Assim, geraram-se sementes de variedades locais adaptadas às formas de manejo tradicionais e às condições de determinada região (CUNHA, 2020).

Segundo Cunha (2020), devido à sua grande diversidade genética⁵, as sementes locais possuem uma vantagem fundamental que é a sua resiliência aos sistemas produtivos. Conferem maior resistência aos ataques de pragas e doenças, bem como às próprias variações do clima e intempéries.

Além de sementes de variedades locais, são comumente chamadas no Brasil de sementes crioulas ou de sementes tradicionais. Especificamente na Paraíba, são conhecidas carinhosamente como Sementes da Paixão, sendo conservadas e reproduzidas pelos camponeses. A nível nacional, recebem outros nomes como Sementes da Fartura, no Piauí, e Semente da Gente no estado de Minas Gerais (LONDRES, 2014).

De acordo com Cunha (2013), ao longo do tempo tais sementes sofreram diversos processos de seleção a partir de uma diversidade de critérios. Dessa forma, foram evoluindo de acordo com as formas de manejo dos camponeses, e com as características do clima e da terra onde eram reproduzidas. Estão presentes no cotidiano do camponês e na sua identidade cultural, pois são ao mesmo tempo “*meio de produção e meio de identificação cultural*” (CUNHA 2013, p. 78). Ou seja, além do valor econômico e alimentar, tem seu valor simbólico. Logo, faz sentido serem chamadas de semente da paixão no estado paraibano.

Um outro fator importante das sementes é sua capacidade produtiva sem necessidade de grandes aplicações de insumos externos para correção do solo ou para combater pragas, dada sua riqueza genética desenvolvida ao longo do tempo, prática essa necessária nos sistemas de produção do agronegócio com suas

5 Devido ao manejo de diversas variedades para cada espécie cultivada, além do plantio consorciado de várias espécies. (CUNHA, 2020).

sementes híbridas ou transgênicas, que são justificados dada a fragilidade dessas sementes perante adversidades. De acordo com Londres (2014, p.12):

Frequentemente, quando cultivadas por agricultores familiares, as sementes “melhoradas” apresentam muito baixo desempenho. Em geral, isso se deve ao fato de esses agricultores comumente não terem recursos para a aquisição do “pacote completo” recomendado para o cultivo (o que inclui a correção do solo, a irrigação, a utilização de adubos sintéticos e a aplicação de agrotóxicos), como também pelo fato de as sementes não serem adaptadas às condições específicas de cultivo nas suas regiões.

Em contraposição à semente de variedade local, há as sementes “melhoradas”, ou seja, produzidas em laboratório. Shiva (2003) afirma que a semente transformada em mercadoria não se reproduz a si mesma, sendo que por definição semente é um recurso regenerador. Além disso, a semente mercadológica não produz sozinha, pois ela é dependente de insumos e produtos químicos.

O avanço do capital no campo, dada a forma predatória de produção das monoculturas e dos pacotes tecnológicos com os insumos (inseticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes químicos), máquinas, equipamentos e sementes modificadas geneticamente em laboratórios (que compõem o grupo dos Organismos Geneticamente Modificados – OGM), com a produção de sementes híbridas homogêneas, provoca grave erosão genética em âmbito mundial, a título de exemplo na Índia (SHIVA, 2003).

O Brasil aderiu ao discurso da Revolução Verde⁶, dando início à disseminação das novas sementes, as sementes híbridas. Houve um processo de fusões e aquisições de empresas de agrotóxicos e de sementes no mundo e no Brasil. Hoje elas se confundem: quem vende o insumo (veneno/adubo químico), vende a semente, logo o monopólio genético foi se construindo e se consolidando (NASCIMENTO, 2011).

Ocasionalmente, a família camponesa, buscando se adaptar à nova realidade, se submete à subordinação à lógica da modernização do campo, incorporando insumos e sementes de mercado, entrando num ciclo de dependência com a semente

6 A Revolução Verde promoveu uma intensa padronização das práticas agrícolas rapidamente, artificializando o ambiente. Faz-se a associação de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc.) e biológicas (variedades modificadas), contando com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais (SANTILI, 2009, p.25 apud LAZZARI e SOUZA, 2017).

de mercado e seus pacotes de insumos. Sobre o discurso da modernização do campo Altieri (2000, apud Cunha, 2013) discorre:

Este modelo de produção para o qual o melhoramento genético convencional foi orientado é conhecido como Revolução Verde: “Um ideário produtivo proposto e implementado nos países centrais após o término da Segunda Guerra Mundial [e implementado em vários países latino-americanos a partir dos anos 1960], cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias, assentando-se, para tanto, no uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, expansão dos sistemas de irrigação e, também, na intensa mecanização das ações produtivas – em síntese, uma cadeia articulada de processos e atividades que logo passaria a ser conhecida como o ‘pacote tecnológico’ da agricultura contemporânea”.

No contexto brasileiro, Petersen et al (2013, apud Cunha, 2013) afirmam que:

(...) foram comuns as políticas públicas que visavam promover a chamada “renovação genética” das lavouras, fomentando a substituição das sementes locais por variedades comerciais melhoradas.

Além do discurso para legitimar o processo da Revolução Verde, buscou-se a desqualificação do conhecimento tradicional dos camponeses, sobre a qualidade de suas sementes de variedade local e suas formas de produzir, assim como sua própria produção:

A revolução verde substituiu não só as variedades de sementes, mas safras inteiras do Terceiro Mundo. Assim como as sementes das comunidades locais eram consideradas “primitivas” e “inferiores” pela ideologia da Revolução Verde, as safras de alimentos foram consideradas “marginais”, “inferiores” e “de má qualidade”. (SHIVA et al, 2003, p.39)

Ou seja, o acesso às variedades adaptadas às diferentes realidades da agricultura familiar constitui condição essencial para a garantia da produção e reprodução de milhões de famílias agricultoras.

As sementes locais têm uma relação direta ao seu armazenamento e estoque. Segundo Nascimento (2011, p.22) “*A tradição da estocagem de sementes como uma forma de garantia de alimento em situações de emergência pode ser encontrada em diversos registros histórico da sociedade*”, a exemplo da Bíblia. Além de garantir reservas para próxima época de plantio, surge também como alternativa numa situação de adversidade, ou para superar carências provocadas por eventos que fogem ao controle dos camponeses e provoca situações de risco para segurança alimentar. Como exemplo, a situação irregular provocada pelos períodos de estiagem

no sertão nordestino (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002; NASCIMENTO, 2011; PETERSEN et al, 2003).

A figura 05 ilustra placa da casa de sementes, nome do BSC do assentamento Três Irmãos, apoiada pelo Programa P1+2. A figura 06 é de um silo de milho aberto do BSC do PA Padre Cleides.



Figura 05. BSC do assentamento Três Irmãos apoiado pelo programa P1 + 2. Fotos: Leite 2015



Figura 06. Silo de milho aberto do BSC PA Padre Cleides. Fotos: Leite 2015.

É a partir das experiências em âmbito familiar que surge o banco de sementes comunitário, forma de gestão associativa para atender as necessidades de um grupo

de camponeses indo além, do âmbito familiar, em busca da independência e autonomia desse grupo que se dispõe a formar um BSC.

Segundo Cunha (2011), os bancos de sementes constituem uma tradição relevante para muitas comunidades rurais. Nesses casos, as sementes são selecionadas e melhoradas ano a ano, e conservadas na propriedade rural. Os conhecimentos a elas associados são passados de geração em geração. Em algumas regiões, especialmente no semiárido, desenvolveram-se formas coletivas de conservação da agrobiodiversidade. Segundo a autora:

Os chamados Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), ou Casa de Sementes, constituem estoques de sementes por grupos de agricultores e têm a capacidade de assegurar o acesso a estes recursos e garantir a manutenção de um grande número de variedades de sementes. Os BSCs são normalmente formados após um trabalho de resgate das variedades existentes na região e conservadas por famílias e/ou comunidades. (...) representam um mecanismo de seguridade com relação a este garantindo aos agricultores a disponibilidade de sementes quando seus estoques familiares são comprometidos (CUNHA 2011, p.14)

Segundo Almeida e Cordeiro (2002), na década de 1970, surgiram os primeiros bancos de sementes comunitários, com a ação das CEBs da Igreja Católica em algumas regiões do sertão nordestino. A ação visava melhorar as condições de vida das famílias e combater a dependência da ação dos latifundiários na exploração delas mesmas, além da própria condição de adaptação ao clima semiárido. Bem como melhorar as possibilidades de garantia da segurança alimentar das famílias envolvidas. Na década de 1990 as experiências dos BSCs se expandem e impulsionam os intercâmbios em âmbito estadual e até nacional.

Neste contexto, em 1999 foi realizado um seminário de Políticas Públicas e Sementes, evento este que marca a criação da Rede Estadual de Banco de Sementes Comunitário da Paraíba, também chamado de Rede de Sementes. (LONDRES, 2014). Vale ressaltar que o estado paraibano foi pioneiro na criação de lei estadual sobre Bancos de Sementes Comunitários. Através da publicação da Lei Estadual nº 7.298/2002 criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários. (CUNHA, 2013; LONDRES, 2014). De acordo com os dados coletados por Londres (2014), até abril de 2014 existiam na Paraíba 155 BSCs ativos, com quase três mil famílias participantes. Sendo 29 BSCs no Alto Sertão Paraibano, o número reflete apenas os bancos que são monitorados pelas entidades com vínculo com a ASA-PB.

3.4 PA Padre Cleides

O contexto histórico-social do assentamento Padre Cleides⁷ era bem distinto das décadas de 1980 e 1990, pois, ao surgir da luta pela terra desde o ano de 2004, os movimentos sociais do campo já estavam com toda a experiência somada dos anos prévios. O assentamento em questão veio da luta de ocupação, do acampamento, da luta pelo reconhecimento, da resistência em permanecer em mobilização e da busca do reconhecimento enquanto movimento social do campo e com direito para conquistar um pequeno pedaço de chão. A figura 07 mostra camponeses reunidos em frente ao Padre Cleides.



Figura 07. O Padre Cleides e família de camponeses no assentamento homônimo. Foto: Arquivo do PA Padre Cleides – Santa Helena 2011.

Em entrevista realizada com o Sr. José Gomes Neto (conhecido como Zé Calé)⁸ em setembro de 2015, ele informa que o movimento surgiu no Assentamento Três Irmãos em 2004, “na busca de informações de como proceder na criação do movimento”. Após reuniões, tinha-se em vista uma área localizada na Fazenda Estrela, na cidade de São João do Rio do Peixe, que pertencia ao Sr. Miguel Estrela,

⁷ O nome dado ao assentamento é uma homenagem ao Padre Domingo Cleides Claudino, que foi grande contribuinte na luta pela conquista da Terra (ESPEGO, 2017).

⁸ Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa (Silvio Leite) em 19/09/2015 no próprio assentamento Padre Cleides.

mas que estava abandonada. O movimento cresceu e o grupo chegou a ter um total de 80 famílias, e o acampamento foi batizado com o nome de Acampamento Estrela. O INCRA compareceu ao local e fez o cadastro destas famílias. Ao vistoriar a área, disse que o local era pequeno (350 ha) para tantas famílias acampadas, que acabaram voltando ao Assentamento Três Irmãos, onde permaneceram por dois anos. Durante este período, várias famílias desistiram. Segundo Zé Calé em entrevista realizada ao autor da presente pesquisa:

No final de 2006, fomos comunicados pela CPT que o INCRA havia realizado a vistoria de duas áreas, ambas localizadas no município de Santa Helena e que essas áreas estavam como improdutivas e estavam sendo desapropriadas, com isso o acampamento poderia escolher uma dessas áreas e começar o acampamento na porteira da propriedade.

Com isto, as famílias escolheram a Fazenda do Saco, que pertencia ao latifundiário Romualdo Braga Rolim, com uma área total de 1030 ha. Segundo Wirnaide Espego (2017), em seu trabalho de conclusão de curso intitulado: *“A relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres no assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB”*, a fazenda foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária por decreto do dia 8 de dezembro de 2008.

Zé Calé informa que das 80 famílias que começaram o acampamento, apenas 25 continuaram e foram para a Fazenda do Saco no dia 25 de dezembro de 2008, *“ficando acampando por mais dois anos na porteira da propriedade. Houve mais 9 desistências e, quando saiu a posse da terra em 15 de setembro de 2010, dezesseis famílias entraram na área”*. Ou seja, as famílias do assentamento Padre Cleides efetivamente entraram na terra conquistada após seis anos de luta. No cadastro do INCRA consta como data de posse o dia 27/09/2010. Mas, de acordo os próprios assentados, foi em 15/09/2010 (Figura 08).



Figura 08. Posse do assentamento. Foto: Arquivo do PA Padre Cleides – Santa Helena 2011.

Foi informado que o assentamento tem uma área total de 1030 hectares, sendo formado por 16 lotes de 8 hectares cada, em forma de Agrovila, maneira que o INCRA defende, incentiva e geralmente opera no estabelecimento do assentamento. Foi instalada uma pequena rua central e 8 casas em cada lado desta rua. Cada casa possui uma área de frente de 100 metros, com 800 metros de fundo, perfazendo os lotes individuais (figura 09).

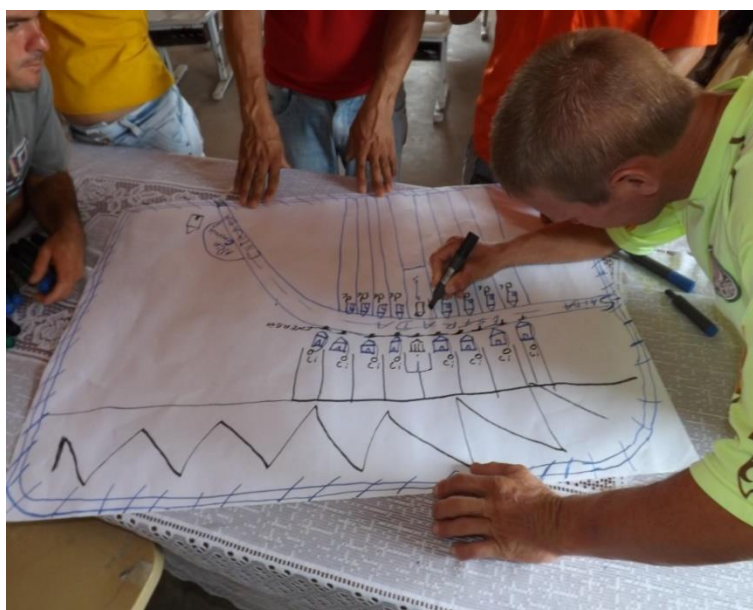


Figura 09. Croqui de divisão dos lotes. Arquivo do PA Padre Cleides – Santa Helena 2011.

A figura 10 ilustra pelo *Google Earth* a divisão dos referidos lotes individuais com a sua disposição de oito lotes de cada lado da rua, totalizando dezesseis lotes, e uma área ocupada pelas moradias ao redor da rua, onde localizam-se as residências dos assentados. É possível observar um dos açudes, que está a sudoeste da figura 10, destacado em azul.



Figura 10. Disposição aproximada dos lotes do PA Padre Cleides no *Google Earth*. Foto de 03/05/2016. Editado no *Corel Draw* 2017 por Silvio Leite.

De acordo com o INCRA (2020b), os assentamentos de sua responsabilidade possuem uma diversidade de classificações. São divididos em duas modalidades: **de Projeto criados pelo INCRA e das áreas reconhecidas pelo Instituto. Dentre as modalidades de projeto, destaca-se o PA** (Projeto de Assentamento Federal), do qual o **assentamento em questão é considerado pelo INCRA. A Modalidade PA tem a seguinte descrição:** obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; e **titulação (Concessão de Uso / Título de Propriedade) de responsabilidade da União.**

De acordo com Zé Calé, as famílias do PA Padre Cleides entraram numa terra totalmente nova a ser desbravada, constituindo um novo território. Os desafios elencados por Martins (1975) (como a efetivação da posse da terra; os esforços na construção de uma nova identidade enquanto assentado e assentamento; e a produção dos meios para a própria reprodução dos assentados, como a criação de animais, a produção de alimentos pela agricultura, e o comércio de excedentes) foram encarados e superados. A área está a uma distância de 7 quilômetros do centro urbano da cidade de Santa Helena-PB e teve direito aos recursos do INCRA para a implantação do assentamento. O restante da área pertence ao assentamento, sendo 20% reserva legal (destinado à preservação ambiental). O conhecimento de manter a disposição das casas próximas foi fruto de experiências geradas na implantação dos primeiros assentamentos no Alto Sertão Paraibano, principalmente no assentamento Acauã.

Sobre a convivência dos assentados com o semiárido, o entrevistado informou como medidas, o aproveitamento dos três açudes existentes na área do assentamento: dois destinados à dessedentação animal, e um destinado às famílias. Na época de seca, as famílias aproveitam as áreas secas dos açudes para plantar pequenas quantidades nas terras de vazante, uma outra medida de convivência no semiárido. O assentamento foi beneficiado pelo programa P1MC, pois em cada um dos 16 lotes do assentamento há uma cisterna em cada lote, perfazendo um total de 16 cisternas que armazenam água da chuva no assentamento.

Foi construída uma sede para reuniões e evento e uma capela, construídos pelos próprios assentados em sistema de mutirão. Deliberou-se um dia da semana para trabalhos coletivos, sendo toda sexta-feira o dia escolhido.

A partir do momento da posse e início da implantação do assentamento, o INCRA passou a prestar assistência técnica. No assentamento em estudo (e de outros no sertão paraibano) tal assistência é praticada através da CAAASP⁹. De acordo com o Sr. Vicente do Nascimento Sobrinho (Conhecido como Vicente da Viúva, líder do Assentamento Três Irmãos), é através dela que o INCRA estabelece convênio para as ações de ATES. Na visão institucional do INCRA (20--, p.14):

⁹ Pouco antes da realização da entrevista com o Sr. Zé Calé, em 10/06/2015 a CAAASP e o INCRA tinham assinado um contrato para prestação de serviços de ATES para 21 PAs do sertão paraibano, entre eles, o próprio Assentamento Padre Cleides.

ATES (pronuncia-se "atés"): Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. É um programa coordenado pelo Incra que ajuda a desenvolver os assentamentos unindo o saber tradicional dos assentados ao conhecimento científico. O objetivo é tornar os assentamentos unidades de produção estruturadas, voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, sem perder o foco na preservação ambiental. Os trabalhos são feitos em parceria com instituições públicas e privadas, entidades que representam os trabalhadores rurais e Ongs ligadas à reforma agrária. Atuam equipes compostas por técnicos em Ciências Agrárias, Sociais, Ambientais e Econômicas.

Outro mecanismo de convivência é o Banco de Sementes Comunitário do PA Padre Cleides, criado em 2012. Como visto, as sementes da paixão são adaptadas para as características regionais da Paraíba e do semiárido. Assim, ao aderir à aquisição de sementes crioulas por meio do banco de sementes, os assentados obtêm diversos benefícios, que são: a autonomia agrícola, segurança alimentar, manutenção de sua identidade cultural e a preservação do solo.

De acordo com o entrevistado, foi realizado um roçado comunitário com o objetivo de formar o banco do assentamento. As sementes para o plantio foram doadas pelos próprios assentados. As regras do banco são que a cada retirada, é necessária a devolução do volume equivalente, com acréscimo de 20%. Na colheita, houve um processo de seleção e de secagem, e posteriormente foram armazenadas dentro do prédio da sede do assentamento. O banco armazena principalmente sementes de milho, feijão, gergelim, jerimum, melancia e melão. O banco possuía em 2015 aproximadamente 470 kg de sementes de milho, 200 kg de feijão e 30 kg de gergelim, totalizando pouco mais de 700 kg de sementes.



Figura 11. Roçado de família. Foto: Arquivo do PA Padre Cleides – Santa Helena 2011.

Segundo Espego (2017), parte do excedente da produção dos cultivos e das frutas é comercializada na feira de Santa Helena. Há também a produção de queijo, que também é vendido nas feiras da cidade. Os assentados possuem bovinos, ficando soltos por toda área do assentamento. Para garantir a sua alimentação em épocas de extrema estiagem, foi desenvolvido um processo de produção e estocagem de forragem com a mistura de capim-elefante e cana-de-açúcar para ensilagem do material. O projeto de ensilagem foi desenvolvido com o apoio do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus de Sousa e da CAAASP. O capim-elefante foi escolhido pois possui grande adaptação ao clima e boa aceitabilidade pelos animais e, a cana-de-açúcar é rica em carboidratos e facilita a fermentação. A aplicação da ensilagem tem baixo custo para os assentados, sendo mais uma forma da reprodução camponesa em busca da autonomia e convivência com o semiárido (NOGUEIRA et al, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra no sertão paraibano se torna um caso particular / especial onde as relações de poder são marcadas pela violência dos latifundiários, políticos e forças policiais. Tais atores se confundem, sendo as vezes a mesma pessoa, ou grupo. Haja vista a luta que eclodiu nas áreas dos açudes nas décadas de 1980 e 1990. Bem como o ato de resistência para permanecer na terra, com seu roçado, sendo um processo também de resistência à exploração.

A primeira experiência dos camponeses que resistiram e conseguiram se manter em suas terras, influenciaram novas lutas. Nas décadas seguintes, novos assentamentos surgiram contendo a luta de ocupação em terras abandonadas e que não cumpriam sua função social. Com a instalação do assentamento, começa uma nova luta, que é a apropriação dessa nova terra.

Todas essas lutas, não terminam, mas permanecem. Mudam-se as formas, mas a necessidade da resistência permanece. No caso do PA Padre Cleides, já tendo toda uma rede de comunicação entre os assentados “do século XXI” com os assentados do final do século XX, mais as redes ASA entre outras ONGs, formam uma rede de conhecimento que agrega saberes e apoio mútuo, dando possibilidade para a permanência na terra.

Foi possível observar que o assentamento Padre Cleides dispõe de diversas medidas para a convivência com o semiárido, como a rede e o banco de sementes, o uso das sementes da paixão, o roçado comunitário, os três açudes, as dezesseis cisternas e o processo de ensilagem. Ao adotar tais práticas, observa-se que os assentados estão no processo de luta na busca de uma autonomia possível, pois, conforme Marcos (2006, p,12) assumiram o controle na construção de um território camponês “*de/com autonomia, liberdade e solidariedade*”.

Por fim, foi possível constatar que, apesar das dificuldades encontradas pelos camponeses, por encontrarem uma terra nova, da qual foi necessário um processo de adaptação à territorialidade conquistada, diversos benefícios coletivos são desfrutados pelos assentados como a segurança alimentar, permanência da identidade camponesa, autonomia agrícola e de produção, valorização dos trabalhos comunitários e de saberes tradicionais, ainda que não seja uma autonomia plena, mas um caminhar numa autonomia possível.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. **Semente da Paixão. Estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. 2ª ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. Editora Duas cidades, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998
- ASA – Articulação do Semiárido. **História da ASA**. 2021a. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> Acesso em 21/01/2021.
- _____. **Programa uma terra duas águas**. 2021b. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#categoria_img Acesso em 21/01/2021.
- _____. **Sobre nós – História. Quem somos**. 2021c. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#quem-somos> Acesso em 22/01/2021.
- ASA-PB. **Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso – As Sementes da Paixão e as Políticas de Distribuição de Sementes na Paraíba** - ANA – Articulação Nacional de Agroecologia - ASA-PB – Articulação do Semiárido Paraibano. Rio de Janeiro 2014.
- BECKER, Carmem Terezinha; MELO, Maria Monalisa Mayara Silva; COSTA, Milla Nóbrega de Menezes Costa; RIBEIRO, Roberta Everlynn Pereira. **Caracterização climática das Regiões Pluviometricamente Homogêneas do Estado da Paraíba**. Revista Brasileira de Geografia Física 01 p.296-299, 2011.
- BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- CAVALCANTI, Iracema F. A; FERREIRA, Neslon J; SILVA, Maria Gertrudes J; DIAS, Maria Assunção F. S. **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos 2009.
- CORREIA, Silvana C. Costa. **Resistência e Formas de (Re)criação Camponesa no Semiárido Paraibano**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPB – João Pessoa PB 2011.
- CUNHA, Flavia Londres, **Sementes da Paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. UFRRJ. Seropédica RJ 2013.
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Santa Helena, Estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

ESPEGO, Wirnaide Maria Rolim. **Relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres no assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.** 92f. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG Cajazeiras, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Agropecuário 2017a. Tabela 6778** – Número de estabelecimentos agropecuário por tipologia, existência de energia elétrica, condição do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, grupos de atividade econômica e grupos de área total. 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>. Acesso em 20/01/2021.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017b.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **O que é o semiárido brasileiro.** (2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 17/01/2021

_____. **Cidades IBGE. Panorama do Estado da Paraíba.** (2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em 11/02/2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos.** (2020a) Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html> Acesso em 17/01/2021.

_____. **Modalidades.** (2020b) Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html> Acesso em 17/01/2021.

INCRA. _____. **Carta de Serviços ao cidadão.** 20--

INSA – Instituto Nacional do Semiárido. **O semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes.** PEREZ-MARIN, Aldrin Martin; SANTOS, Ana Paula Silva dos (coord.). Campina Grande: INSA/MCTI, 2013. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/images/acervo-cartilhas/O%20Semi%C3%A1rido%20brasileiro%20riquezas%20diversidades%20e%20saberes.pdf> Acesso em 17/02/2021.

IPEA. **O que é? Índice Gini.** Por Andréa Wolffenbutel, em 01/11/2004. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em 13/02/2021.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. **Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais.** Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. 8 a 10 de novembro de 2017. Santa Maria-RS: UFSM Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

LONDRES, Flavia. **Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso – As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

MARCOS, Valeria de. **Solidariedade que Tece Redes: as estratégias de reprodução e recreação camponesa nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano.** Território e

Campesinato: referências para uma análise geográfica, 2006, Rio Branco – AC. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. AGB 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 1975.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2008. 501 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **Reforma Agrária no Brasil: Algumas Contribuições Sobre a Materialização dos Assentamentos Rurais**. Anais da XII Jornada do Trabalho. Curitiba, 2011.

MOREIRA, Emília. **Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano**. Textos UFPB / NDIHR n. 24 set/1990.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa, Editora Universitária, 1996.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. 2007. Revista Nera – Ano 10, N. 10 – Janeiro/Junho de 2007 – ISSN: 1806-6755.

NOGUEIRA, Francisco Roserlândio Botão; SILVA, Bismark Alves da; LIMA, Jéssica Monique dos Santos; SOUZA, Francisco Jocélio Cavalcante; GOMES, Joandro Ferreira; FERREIRA, Ricardo da Silva da Silva. **Produção vídeo na construção do conhecimento com agricultores e agricultoras familiares: a experiência do assentamento Padre Cleides no Alto Sertão Paraibano**. Revista Práxis: saberes da extensão. João Pessoa, v. 5, n. 10, p. 78-87, set./dez., 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. Coleção Repensando a Geografia 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) Editora Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Giordan Silva. **Caminhos da Reforma Agrária: O Processo Histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da Luta Pela Terra à Luta na Terra (1985/2012)**. Programa de Pós-Graduação em História – UFPB, João Pessoa 2013.

PETERSEN Paulo; SILVEIRA, Luciano; DIAS, Emanuel; CURADO, Fernando; SANTOS, Amaury. **Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia**. Agriculturas. Vol.10 n1, março de 2013. Disponível em: <http://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/artigo-5-1.pdf> Acesso em 01/02/2019.

PNUD-ONU. **O que é o IDHM.** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html#:~:text=O%20%C3%ADndice%20varia%20de%200,%C3%A0%20disponibilidade%20de%20indicadores%20nacionais>. Acesso em 22/01/2021.

PUNTONI, Pedro Luís. **Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitex, Editora USP, Fapesp, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** 1993.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba colonial: Pombal e Sousa (1701-1822).** 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como Prática Social: Feiras Agroecológicas e Insubordinação Camponesa na Paraíba.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH – USP. São Paulo 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** Tradução Dinalo de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

VALOR (revista). **Desigualdade da distribuição de terras no país é uma das mais altas no mundo.** Por Daniela Chiaretti, 11/05/2020 <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/05/11/desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-pais-e-uma-das-mais-altas-do-mundo.ghtml> Acesso em 13/02/2021.

VOZ DA TERRA. Revista anual da CAAASP. Projeto ATES, INCRA, CAAASP. Ano I, n01 janeiro de 2015.